



Opinião Guilherme d'Oliveira Martins

Luís Salgado de Matos

O Luís Filipe Salgado de Matos era das pessoas mais argutas e inteligentes que conheci. Investigador exímio, conversador inesgotável, era capaz de ver para além do imediato e das aparências, com quem dava gosto estar e conviver. Os temas que estudou (o Estado de Ordens e as relações institucionais das Forças Armadas e da Igreja) foram marcados pela originalidade e pelo modo próprio de analisar criticamente ideias feitas ou simplificações. Quantas vezes, em centenas de horas de convívio, ouvia placidamente os circunstantes e, aparentemente, sem discordância formal, com a sua voz inconfundível, mudava a perspetiva ou os ventos que pareciam dominar aquele ambiente.

Nós, os seus amigos, gostávamos dele assim, capaz de olhar o mundo e a vida do lado dos valores permanentes, mas sempre capaz de ver o avesso e de cultivar a ironia, como arma crítica. No entanto, não precisava de enfatizar controvérsia aberta. Só de ouvir os seus argumentos, entre a razão e o sentimento, percebia-se que aquela perspetiva era o modo inteligente de ver as coisas. O Luís foi um grande *scholar*, capaz de se empenhar e de lutar pelos valores éticos em que acreditava. Um dia, sendo influente redator em *O Tempo e o Modo*, os seus colegas escreveram apenas: "Pela primeira vez desde Abril de 1964, não pode [a revista] contar com a colaboração de LSM. [...] Por isso, é justo afirmar-lhe que continua ainda a animar com o seu exemplo os que não o acompanharam." A censura cortou. Era a notícia de que tinha sido

preso. Então, a redação da revista elogiava a inteligência, lucidez, coragem e entusiasmo do jovem jornalista. As palavras eram certas e associavam-se a uma determinação plena de generosidade, de quem sabíamos com que contar.

Em *O Estado de Ordens* (ICS, 2004) propôs um modelo alternativo, centrado no exame atento das filosofias e formas políticas desde a Grécia clássica à contemporaneidade, considerando a organização política como relação de três ordens: a primeira é simbólica e identifica, a segunda é securitária e defende, a terceira é económica e produz. E a democracia representativa corresponde ao equilíbrio de poderes, à legitimação mútua dos ordens e à sua expressão institucional. Ao analisar a situação portuguesa em *A Separação do Estado e da Igreja – Concórdia e Conflito entre a Primeira República e o Catolicismo* (D. Quixote, 2011), aponta os equilíbrios e desequilíbrios verificados no regime de 1910, durante o qual os republicanos desejavam o regalismo e o Papa uma religião da nação, vindo o ponto de equilíbrio a ser encontrado na quase total separação, que significava a liberdade da Igreja. E assim a lei da separação dividiu republicanos e católicos, originando um jogo triangular com os monárquicos. Entre os católicos, digladiavam-se os monárquicos abolicionistas da República e os centristas que aceitavam o *ralliement* (adesão) de Leão XIII; os republicanos separavam-se entre afonsistas e almeidistas e os monárquicos entre manuelistas e miguelistas. No fundo, a incompreensão da natureza das "ordens" gerou a incapacidade de criar uma representatividade equilibrada. Aliás, num pequeno livro, muito pedagógico e bem elaborado, intitulado *Tudo o Que sempre Quis Saber sobre a Primeira República em 37 mil Palavras* (ICS, 2010), o autor considera que a Primeira República não durou por fragilidades próprias, mas nunca pelo facto de ser República. Esta só tarde "começou a interiorizar a importância da disciplina parlamentar" e a perceber o "facto maioritário, tanto no país como nas urnas" ...

Escritor exímio, LSM deixa uma grande saudade e uma grande lembrança.

“

**Escritor exímio,
LSM deixa uma
grande saudade
e uma grande
lembrança.**

Administrador executivo
da Fundação Calouste Gulbenkian